



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

EDUCAÇÃO, PODER LOCAL E MEIO AMBIENTE: A ADOÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA-PB.

Patrícia Souza da Silva

Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAÉ) /Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas (GEPEDUSC). E-mail: patriciapamela2012@hotmail.com

Ione Gomes da Silva

Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAÉ) /Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Sociedade e Culturas (GEPEDUSC). E-mail: ionegomes14@hotmail.com

Ivonaldo Leite (Orientador)

Professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)/Centro de Ciências Aplicadas e Educação(CCAÉ). E-mail: ivonaldo.leite@gmail.com

RESUMO

O desenvolvimento industrial ocorrido nos países marginalizados do sistema capitalista tem levado de forma vertiginosa à degradação do meio ambiente. A crise ambiental vem se alastrando mundialmente, por um lado, exigindo dos governos políticas públicas voltadas para o meio ambiente (especificamente para a Educação Ambiental) e, por outro lado, requerendo ações da sociedade civil que garantam a continuidade da vida no planeta. Nesse sentido, no Brasil, foram estruturadas políticas como o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Assim, a pesquisa de onde resulta o trabalho ao evento teve como objetivo analisar como as ações das políticas de educação ambiental vêm sendo trabalhadas no município de Itapororoca-PB. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa qualitativa, sendo realizadas entrevistas semi-estruturadas com gestores escolares e com o gestor municipal da educação (Secretário de Educação); as entrevistas foram tratadas conforme a técnica de análise de conteúdo, numa perspectiva temático-categorial. Dentre os resultados alcançados, podem ser destacados: 1) o desconhecimento das políticas de Educação Ambiental no município; 2) a não existência de formação continuada dos docentes em Educação Ambiental; 3) a limitação das abordagens da Educação Ambiental a disciplinas específicas, como a geografia; 4) inexistência de articulação entre ações de educação ambiental e saúde. Conclusivamente, assinala-se, por exemplo, a ausência da adoção das políticas de educação ambiental no município de Itapororoca, chamando-se a atenção para a necessidade de as mesmas serem tidas em consideração, sobretudo levando-se em conta as demandas ambientais do município.

Palavras-chaves: Políticas, Educação Ambiental, Sustentabilidade.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



INTRODUÇÃO

O desenvolvimento industrial ocorrido nos países marginalizados do sistema capitalista, com a intenção global do desenvolvimento da economia, contribuiu de forma crescente para a degradação do meio ambiente. Agregar este desenvolvimento com a preservação passou a ser um desafio para o mundo globalizado. Assim, a crise ambiental vem se alastrando mundialmente, exigindo dos governos políticas públicas voltadas para o meio ambiente, especificamente para a Educação Ambiental, e da sociedade civil ações que garantam a continuidade da vida no planeta.

Em 1988 foi declarada no Brasil a nova Constituição Federal com um capítulo exclusivamente para o meio ambiente. O artigo 225 da Constituição Federal assim se refere ao Meio Ambiente: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à gerações”. (DIAS, p.418)

No Brasil, deve-se entender por Política de Educação Ambiental as diretrizes consubstanciadas na Lei nº 9.795, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental, denominada PNEA (Brasil, 1999), assim como as constantes do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA). Como qualquer lei, a PNEA é fundamentalmente normativa, enquanto o PRONEA pretende ir além disso. O decreto da regulamentação da PNEA em 2002 tem auxiliado o processo de institucionalização da Educação Ambiental em nosso país.

O PRONEA é resultado de um processo que envolveu as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental, as Redes de Educação Ambiental e contou com a participação de cerca de 800 educadores ambientais de todo o país numa Consulta Pública, decorrendo daí a configuração do seu texto final em 2004. Surgiu como fruto de uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Meio Ambiente.

O PRONEA é um documento de política educacional que tem como perspectiva apontar iniciativas a serem adotadas e, ao mesmo tempo, induzir o debate acerca de uma Educação Ambiental crítica e emancipatória capaz de relacionar os aspectos socioculturais, ecológicos, econômicos e políticos para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável com pessoas atuantes. Como diretrizes do Programa, são definidas as seguintes: 1) transversalidade e interdisciplinaridade; 2) descentralização espacial e institucional; 3) sustentabilidade sócio-ambiental; 4) democracia e participação social; 5) aperfeiçoamento e fortalecimento dos

Sistemas de Ensino, Meio Ambiente e outros que



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

tenham interface com a educação ambiental (Brasil, 2005). Assim, afirma-se:

O ProNEA propõe um constante exercício de transversalidade para internalizar, por meio de espaços de interlocução bilateral e múltipla, a educação no conjunto do governo, nas entidades privadas e no terceiro setor; enfim, na sociedade como um todo. Estimula o diálogo interdisciplinar entre as políticas setoriais e a participação qualificada nas decisões sobre investimentos, monitoramento e avaliação do impacto de tais políticas (...). A educação ambiental deve se pautar por uma abordagem sistêmica, capaz de integrar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea. Essa abordagem deve reconhecer o conjunto das inter-relações e as múltiplas determinações dinâmicas entre os âmbitos naturais, culturais, históricos, sociais, econômicos e políticos (Ibidem, p. 33).

O Órgão Gestor (OG) da Política Nacional de Educação Ambiental tem impulsionado as políticas públicas da educação no Brasil a levarem uma educação ambiental crítica, participativa e transformadora voltadas para valores humanos, conhecimentos e habilidades que conduzam os cidadãos a buscarem a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. Nos últimos anos estamos vivenciando uma vertiginosa degradação do meio ambiente, o que tem comprometido a qualidade de vida da sociedade tanto presente como futura. Sendo assim, de acordo com os PCN:

Nesse contexto, fica evidente a importância de se educar os futuros cidadãos brasileiros para que, como empreendedores, venham a agir de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro; como participantes do governo ou da sociedade civil, saibam cumprir suas obrigações, exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a comunidade, tanto local como internacional; e, como pessoas, encontrem acolhida para ampliar a qualidade de suas relações intra e interpessoais com o ambiente tanto físico quanto social. (BRASIL, 1997, p.23)

Desta forma, é necessário que os membros da comunidade escolar, especificamente os gestores municipais de educação, gestores escolares e professores tenham conhecimento acerca das Políticas de Educação Ambiental para que, a partir disso, possam trabalhar com a educação ambiental da melhor forma possível, para que os educandos compreendam a dimensão dos problemas ambientais locais e globais. O PRONEA oportunizou o debate acerca das realidades locais e a implementação de políticas e programas de educação ambiental.

Para favorecer a integração e o progresso sustentável no processo de tomada de decisão o SISMUMA é peça fundamental na construção do desenvolvimento local. Porém, é importante

a união das instituições municipais com as instâncias

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

regionais, estaduais e federais para a obtenção de recursos públicos. De acordo com Ávila e Medeiros:

O SISMUMA é um conjunto de órgãos e entidades do Município que são responsáveis pela preservação, conservação, proteção, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente e uso adequado dos recursos ambientais do Município. Este Sistema é uma estrutura político-administrativa que em última instância visa a inserção do componente ambiental no processo de tomada de decisão local, por meio da formulação, implementação e avaliação de políticas ambientais e integração com outras políticas, considerando a realidade e potencialidade de cada região, em conformidade com os princípios de desenvolvimento sustentável. (ÁVILA e MEDEIROS 2012, p.1)

Sendo assim, em nível local há uma descentralização do poder de decisão, que sai das instâncias, federais e estaduais chegando até aos municípios, possibilitando maior interesse e a participação destes na busca de soluções dos problemas ambientais. No entanto, segundo Ávila e Medeiros (2012, p.37) “São inúmeras as dificuldades que os Municípios encontram na implantação e manutenção de seu Sistema Municipal de Meio Ambiente, porém é extremamente necessário avançar-se na sua consolidação”. As dificuldades encontradas não devem ser impedimento para a implementação de políticas públicas voltadas para as questões ambientais em âmbito local e a interação destas com a Educação Ambiental.

A EA deve capacitar cidadãos que busquem a autogestão nas relações sociais para a proteção da natureza e a melhoria da qualidade de vida. Existem três concepções acerca da Educação Ambiental: a concepção naturalista, a concepção sócio-instrumental e a concepção contra-hegemônica. De acordo com Leite a concepção naturalista:

Compreende o meio ambiente apenas como ambiente físico, que diz respeito à natureza, pondo-se em sintonia com a formulação que remonta à elaboração de Ernst Haeckel, referente à morfologia geral dos organismos, a qual constituiu a ecologia como área científica, vinculada à biologia, tendo como propósito estudar a relação entre as espécies animais e o seu meio orgânico e inorgânico. Trata-se de uma concepção que não tem em conta a relação com o social, logo, por exemplo, não se detém em considerações acerca dos fatores econômicos [...] (LEITE, 2012 p. 47).

Desta forma, a concepção naturalista não considera as questões sociais e econômicas como fatores relacionados aos problemas ambientais, de certa forma oculta o fato, de que o modo de produção capitalista é um dos principais responsáveis pela degradação ambiental. A concepção naturalista é uma abordagem puramente biológica, que não interage com outros campos da sociedade. A concepção sócio-instrumental se assemelha em alguns pontos com a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

naturalista, porém se distingue desta. De acordo com Leite:

A este respeito, pode ser mencionado que a concepção sócio-instrumental reconhece/assume a dimensão social na discussão sobre a questão ambiental, mas o faz de um modo que, com algumas exceções, significa uma justaposição entre o natural e o social, quer dizer, sem concebê-los como interação, constituindo uma mesma e única realidade. Essa concepção reconhece os efeitos devastadores da economia de mercado sobre o meio ambiente, porém as iniciativas que propugna são pensadas dentro dos marcos da referida economia, apelando para ideia de desenvolvimento sustentável[...] (ibidem, p. 48).

Assim, a abordagem sócio-instrumental, muito embora reconheça que os fatores sociais intervêm no meio ambiente, ela não sugere a ruptura com a lógica estrutural do sistema capitalista, para combater desequilíbrio ecológico crescente global. A concepção sócio-instrumental é normativa, estabelecendo condutas educacionais para a população.

A concepção contra-hegemônica distingue-se das outras abordagens citadas anteriormente, ao contrário das mesmas, ela defende uma educação ambiental crítica e interdisciplinar. O seu objetivo é tornar conhecido toda relações de poder da sociedade. Ela busca através da Educação Ambiental fazer uma reflexão crítica ao modelo de desenvolvimento e de produção do sistema capitalista. De acordo com Leite a concepção contra-hegemônica:

[...] Trata-se de uma concepção alternativa às abordagens hegemônicas, dominantes, no campo do debate ecológico e da educação ambiental. Daí ela ser contra-hegemônica. [...] A concepção contra-hegemônica tem uma orientação que, frente às outras duas, lhe singulariza. Compreende o natural e o social de modo interpenetrado, constituindo uma só realidade, não como justaposição; indo além da economia de mercado, propugna novas lógicas econômicas, a exemplo da economia solidária e da autogestão; no que concerne à forma de conceber o conhecimento, rege-se pelo princípio da totalidade/transdisciplinaridade; realça a educação como sendo mais do que a escola; e, pedagogicamente, supera a mera prescrição de ações educacionais, e assume uma postura analítico-reflexiva e ético-política. (LEITE, 2012 p. 48, 50)

Deste modo, a concepção contra-hegemônica procura fazer a diferença através de uma Educação Ambiental crítica, mostrando as verdadeiras causas dos problemas ambientais. A EA oportuniza os sujeitos a terem uma libertação consciente através da ação emancipatória.

A adoção de Políticas de Educação Ambiental é de suma importância para o desenvolvimento satisfatório da Educação Ambiental dentro e fora da escola para uma sociedade sustentável.

Assim, buscou saber como as Políticas de Educação Ambiental estão sendo adotadas no

município paraibano de Itapororoca.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



METODOLOGIA

Definido como pesquisa qualitativa, o trabalho estruturou-se num primeiro momento como um estudo bibliográfico, bem como levantamento de informações a respeito do contexto em que ele é desenvolvido, ou seja, o município de Itapororoca. Posteriormente, como instrumento para coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com gestores educacionais do município de Itapororoca. Especificamente foram realizadas quatro entrevistas. As entrevistas foram gravadas com consentimento e feitas no âmbito de trabalho dos entrevistados, de acordo com a disponibilidade dos mesmos, seguindo-se um roteiro. Em seguida, foi feita a transcrição das mesmas e suas análises. A técnica de análise empregada foi a Análise de Conteúdo Temático-Categorial, a qual é definida por Bardin (2006, p.42) como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. Para efetuar esta análise, foi criada uma matriz com quatro aspectos distintos para elaboração da análise de conteúdo da entrevista: 1) *categoria* – refere-se aos temas- eixos tratados na entrevista; 2) *subcategoria* – onde se tratam as questões dentro de cada tema-eixo; 3) *unidade de registo* – onde se organizam os segmentos de conteúdo a considerar como unidade base (optou-se por fazer recortes com base nos temas tratados na entrevista); 4) *unidades de contexto* – onde são referidas as questões colocadas e as dimensões fundamentais das respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo o IBGE, o município de Itapororoca está localizado na Mesorregião da Mata paraibana, com uma área territorial de 146 km² e uma população de 16.998 habitantes. A cidade está localizada a 69 km da capital paraibana, João Pessoa. Seu PIB *per capita* é de 8.066,03 reais, o município detém uma taxa de analfabetismo, entre a população de 15 anos ou mais, de 32,46%, o índice de desenvolvimento humano é de 0,564. Seu clima é tropical chuvoso, com verão seco.

Itapororoca se destaca no contexto nacional como sendo a maior produtora de abacaxi da Paraíba e pela qualidade desta fruta; destaca-se ainda pela gratuidade da água, pois ela é uma das poucas cidades do Brasil onde não se paga pelo seu



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

uso. O município é marcado pelas suas belezas naturais, como os resquícios de mata atlântica (embora pouco preservada), os rios temporários e seu relevo. Existem, ainda, as casas de farinha e os engenhos de aguardente (Camurim, Campo Verde, Sedução, Amoré, Curral Grande e Luana).

O município oferece como ponto turístico o Parque da Nascença, onde se destaca a utilização de piscinas públicas, e se localiza a fonte de água que abastece à população. Sua economia gira em torno da monocultura da cana-de-açúcar e dos plantios de abacaxi, atividade essa que vem há muitos anos fazendo uso abusivo dos recursos naturais, além de afetar de forma considerável os ecossistemas, pois os mesmos vêm sendo reduzidos para criar novas áreas de plantio de cana e de abacaxi, o que conseqüentemente leva à extinção de diversas espécies que neles habitam. É possível citar ainda, como um dos problemas ambientais encontrados na região, o desgaste e a poluição do solo que são causados pelo uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras de cana e abacaxi e a contaminação da água que abastece a cidade.

Itapororoca é privilegiada com uma área formada por rochas vulcânicas, tendo a capacidade de absorver água, formando um extenso lençol freático onde está localizada a Piscina da Nascença. A fonte de água é considerada quase mineral, porém pelo fato da encanação que abastece o município ser de amianto e não ter sido trocada desde 1970, ela não chega mais mineral nas casas dos moradores, além de que, ao lado da piscina, se encontram restaurantes e bares que não possuem fossas sépticas, o que leva os detritos humanos entrarem em contato com o lençol freático, contaminando a água. Lembrando que a água não passa por nenhum tipo de tratamento. Outro problema é o destino do lixo, pois ainda é usado o lixão a céu aberto, inclusive fica em cima de um lençol freático, perto do Parque da Nascença.

Assim, esta pesquisa buscou averiguar como as ações das políticas de educação ambiental vêm sendo trabalhadas no município de Itapororoca.

Diante dos resultados foi possível perceber que os gestores possuem uma visão de meio ambiente sócio-instrumental, pois, segundo eles, a compreensão de meio ambiente não está ligado apenas ao meio natural, que são as matas, os rios, os animais, mas sim a tudo que os cerca, ou seja, o meio ambiente tanto está relacionado com o meio físico e natural como os fatores sociais que são as relações econômicas, culturais e políticas. Conforme Leite (2012), apesar de a *concepção sócio-instrumental* ter pontos de contato com a *naturalista*, ela tem uma concepção que se distingue dessa, ela reconhece as ações e malefícios devastadores da economia capitalista sobre o meio ambiente, no entanto, não rompe com os fundamentos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

estruturais do sistema, suas propostas para o desenvolvimento sustentável estão inseridas na lógica capitalista.

Desta forma ficou evidente que todos os gestores têm uma concepção de Educação ambiental sócio-instrumental, pois, para os mesmos, a Educação Ambiental envolve a cidadania, conscientização da sustentabilidade e a preservação. Conforme Leite (2012, p.48), “a abordagem sócio-instrumental é “Sócio, porque assimila a dimensão social, mas instrumental, porque é uma concepção que tem como propósito básico instrumentalizar a ação educativa, em função do seu *background*, não tendo em atenção uma focagem analítica que ponha em questão os determinantes sistêmico-estruturais responsáveis pela crise ambiental.” Desta forma, pode-se dizer que os gestores consideram as relações sociais, porém, não fazem a junção entre estas e os problemas socioambientais.

Ficou claro, diante do resultado das análises das entrevistas, que os gestores desconhecem as Políticas de Educação Ambiental e um dos entrevistados diz que não há nenhuma política voltada para essa questão, e que o município não adota nenhuma política ou programa de Educação Ambiental. Isso é um problema porque, com as grandes transformações ambientais que vem ocorrendo no planeta, a Educação Ambiental surge como estratégia para formar cidadãos críticos e reflexivos capazes de desenvolver habilidades e concepções que permitam à sociedade a elaboração de propostas para solução dos problemas ambientais.

A educação ambiental tornou-se obrigatória nas escolas através da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) – instituída pela Lei nº 9.795/99. De acordo com (DIAS, 2000, p.202), a Lei da Educação Ambiental, em seu Art. 2º afirma que: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.” É dever de todos, especificamente dos gestores educacionais, docentes e dos governantes, terem conhecimento das políticas e programas de Educação Ambiental, pois é através da ação individual e local que se chega ao todo.

Acerca das questões ambientais trabalhadas na escola, foi possível perceber na fala dos entrevistados que a Educação Ambiental não é trabalhada de forma transversal e interdisciplinar como propõem os PCN e o Programa Nacional de Educação Ambiental, pois eles referem-se à mesma apenas à disciplina de geografia, a caminhada ecológica e a projetos, que muitas vezes acontecem de forma isolada. A EA deve ser trabalhada nas escolas segundo os PCN (1997), como temas transversais e enfatizando os aspectos sociais, econômicos, políticos e ecológicos. Ela deve se fazer presente em

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



todas as disciplinas, abordando as questões ambientais de forma crítica. Desta forma, é importante que os professores trabalhem a interdisciplinaridade de forma criativa através de atividades dinâmicas para que os discentes possam compreender os problemas ambientais locais e globais.

Uma das necessidades ambientais do município de Itapororoca que ficou bem claro diante das respostas de todos os entrevistados foi a questão da água e do lixo, pois, segundo os mesmos, há um grande problema com o desperdício da água por parte da população e a contaminação da mesma, a qual não passa por nenhum tratamento. Isso é um assunto que merece atenção de todos, governantes, gestores, docentes e da própria população. Essa parece não ter consciência da gravidade que é o desperdício da água. É preciso que a população seja conscientizada, pois, há o risco muito grande de a fonte natural do município secar.

O lixo é outro problema que, não diferente da questão da água, preocupa, pois há uma grande produção de lixo e o destino desses é o lixão. O lixo é um típico problema do consumismo capitalista. Segundo Azevedo:

A sociedade de consumo em que vivemos tem como hábito extrair da natureza a matéria-prima e, depois de utilizada, descartá-la em lixões, caracterizando uma relação depredatória com o seu habitat. Assim, grande quantidade de produtos recicláveis que poderiam ser reaproveitados a partir dos resíduos, é inutilizada na sua forma de destino final. Isso implica em uma grande perda ambiental, devido ao potencial altamente poluidor do mau gerenciamento dos resíduos gerados, comprometendo a qualidade do ar, solo e, principalmente as águas superficiais e subterrâneas, além do desperdício de recursos, especialmente os não recicláveis, inviabilizando sua obtenção no futuro (AZEVEDO, 1996, p. 45)

Diante das necessidades ambientais, se faz necessária uma Educação Ambiental crítica e emancipadora, com professores capacitados para formar cidadãos capazes de compreender as necessidades ambientais e atuar na realidade socioambiental de forma comprometida com a vida no planeta, fica evidente, com as respostas dos entrevistados, que não há formação continuada para esses. Segundo os PCN, os docentes podem priorizar e buscar sua formação de acordo com sua necessidade, ou seja, o professor deve sempre manter-se num processo de formação buscando aprofundar o seu conhecimento e habilidades para melhor trabalhar a temática ambiental.

Para que a Educação Ambiental aconteça dentro das perspectivas das políticas de Educação Ambiental e no que é proposto pelos PCN, é fundamental uma formação continuada adequada, para que os docentes se sintam preparados para trabalhar com a EA de forma crítica, reflexiva e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

interdisciplinar atendendo de forma satisfatória as demandas de uma sociedade que a cada dia degrada mais o ecossistema. Conforme a Associação dos Geógrafos Brasileiros (2010, p.05) “Um dos grandes problemas para a inserção da Educação Ambiental nas escolas é justamente a falta de capacitação dos professores, que não têm noção de como correlacionar as suas disciplinas com a Educação Ambiental.” Dessa maneira, a falta de capacitação dos docentes é um impedimento para que aconteça de fato a EA, visto que, para que o Programa Nacional de Educação Ambiental tenha sucesso nas suas propostas, um dos aspectos é a formação continuada de professores.

Em relação à Educação Ambiental e a Secretaria de Saúde, não há uma articulação efetiva. Na atualidade uma das tarefas essenciais para o estudo da relação entre ambiente e saúde é a seleção de fatores para identificação dos problemas ambientais. De acordo com Barcellos e Quitério:

A incorporação da vigilância ambiental no campo das políticas públicas de saúde é uma demanda relativamente recente no Brasil. Entre as dificuldades encontradas para sua efetivação estão as necessidades de reestruturação das ações de vigilância nas secretarias estaduais e municipais de saúde e de formação de equipes multidisciplinares, com capacidade de diálogo com outros setores. Além dessas, cita-se a construção de sistemas de informação capazes de auxiliar a análise de situações de saúde e a tomada de decisões. Por se tratar de uma área de interface entre diferentes disciplinas e setores, o papel do SUS no controle ambiental tem sido sobre uma das discussões em curso. A Lei 8.080/90 inclui no campo de atuação do SUS a "colaboração na proteção do meio ambiente", bem como o controle da água para consumo humano e de substâncias tóxicas e radioativas. No âmbito do SUS, a incorporação de programas de vigilância sobre o ambiente está sendo implementada, no nível federal, pela criação da Coordenação Geral de Vigilância Ambiental (CGVAM), em 1999, responsável pela implementação do Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde (SNVA). Em alguns Estados houve a criação de departamentos e programas de vigilância. (Ibidem, 2006, p.175)

Desta forma, apesar da importância da articulação dessas duas instancias, há uma grande dificuldade de reunir profissionais qualificados e preparados para atuarem de forma multidisciplinar com outros setores nas questões socioambientais, o que deixa a mercê o desenvolvimento de um mundo ecologicamente equilibrado.

CONCLUSÕES

Durante a realização desta pesquisa ficou evidente, diante das demandas ambientais encontradas no município de Itapororoca e da falta de

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

conhecimento das Políticas Públicas de Educação Ambiental por parte dos gestores educacionais, que as propostas dessas não são adotadas. Sendo assim, a Educação Ambiental não tem cumprido com os seus propósitos.

O que se percebe é que a Educação Ambiental é vista de uma forma limitada, ou seja, ela é compreendida apenas como um tema a ser abordado em disciplinas específicas (geografia e ciências), e, às vezes, apesar de se reconhecer as relações socioambientais, os fatores sociais são deixados de lado.

Observou-se também a falta da formação continuada de professores em Educação Ambiental, Os professores devem se sentir preparados para trabalhar de forma interdisciplinar a EA. A não existência de formação continuada traz prejuízos.

Há de se ter sempre presente que a adoção de políticas públicas de Educação Ambiental pelos municípios é de suma relevância para que as pessoas possam compreender a realidade local e a importância da sua atuação individual e coletiva para a preservação do ecossistema, promovendo desta forma o desenvolvimento local sustentável.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **Um breve histórico sobre a educação ambiental.** In: XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre, 2010.

ÁVILA, Rafael Doñate; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. **O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios.** Saúde Soc. São Paulo, v.21, supl.3, p.33-47, 2012.

AZEVEDO, Cleide Jussara Cardoso de. **Concepção e prática da população em relação ao lixo domiciliar na área central da cidade de Uruguaiana- RS.** Uruguaiana, PUCRS- Campus II. Monografia de pós-graduação. Educação ambiental. 1996, 68p.

BARCELLOS, Christovam; QUITÉRIO, Luiz Antônio Dias. **Vigilância ambiental em saúde e sua implantação no Sistema Único de Saúde.** Rev. Saúde Pública. 2006; 40(1):170-7

Bardin, L. (2006). **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Obra original publicada em 1977)

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, Saúde.** Brasília 1997.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Consumismo infantil: na contramão da sustentabilidade.** Série “Caderno de Consumo Sustentável” criança.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação Ambiental.** 3ª ed. Brasília: 2005.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e praticas.** São Paulo: Gaia, 2000.

LEITE, Ivonaldo. **Educação ambiental, desenvolvimento e trabalho docente: entre concepções e alternativas.** Trilhas pedagógicas, v. 2, n. 2, 45 Ago. 2012, p. 44-52

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br